



Economia

LAVAGEM DE DINHEIRO DISPARA

Sandra Almeida Simões
 sandra.a.simoes@sol.pt

Ministério Público recebeu 17 mil denúncias de operações bancárias suspeitas desde 2004. Verbas congeladas em 2015 já superaram as de todo o ano passado.

Se já realizou operações bancárias de montante igual ou superior a 15 mil euros, saiba que já fez disparar os alarmes do sistema informático do seu banco e provavelmente entrou no radar da Justiça. A banca está a apertar o cerco às transacções bancárias e a detectar um número cada vez maior de operações suspeitas de lavagem de dinheiro.

De acordo com dados do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), que iniciou funções de prevenção de branqueamento de capitais em 2003, as instituições financeiras participaram, por iniciativa própria, 17.335 transacções suspeitas entre 2004 e 15 de Junho deste ano.

Feitas as contas, a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Unidade de Informação Financeira (UIF) da Polícia Judiciária (PJ) receberam uma média 4,3 denúncias diárias de movimentos financeiros atípicos – que indicavam crimes de branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo.

Este volume de comunicações reflecte a evolução da criminalidade económico-financeira nos últimos anos, mas também uma maior vigilância do sector financeiro. As instituições têm vindo a investir nas unidades de prevenção de branqueamento de capitais que, na prática, são mecanismos de controlo interno que respondem às exigências da legislação.

42 milhões de euros congelados

A expressão 'lavagem de dinheiro' tem origem lendária na cadeia de lavandarias do mítico líder da máfia de Chicago, Al Capone, adquiridas na década de 20. Quase um século depois, as fachadas usadas para encobrir as vanta-



Operações suspeitas de clientes do Montepio foram denunciadas às autoridades

gens provenientes de actividades ilícitas são cada vez mais sofisticadas, tal como os meios de prevenção e repressão.

A banca tem sistemas que geram alertas automáticos para situações que não correspondem ao perfil traçado para cada cliente. São escrutinadas eventuais relações de negócios entre clientes, valores envolvidos nas operações bancárias, frequência, local de origem e destino das transacções, situação económica e financeira dos intervenientes ou meios de pagamento utilizados.

O número crescente de participações de bancos possibilita que a Justiça suspenda operações bancárias e congele verbas. Fonte oficial do DCIAP revela que de 1 de Janeiro a 15 de Junho deste ano, «foram recebidas 1.631 comu-

nicações e instaurados 39 inquéritos. Foram suspensas 36 operações bancárias». No total, foram congelados 41,8 milhões de euros, um montante que já superou o valor suspenso em 2014 (34,3 milhões) e duplicou face a 2013 (19,8 milhões). E há ainda aplicações em moeda dos Estados Unidos; foram congelados 7,7 milhões de dólares (cerca de sete milhões de euros).

Sócrates e Montepio são últimos casos

A pertinência da comunicação celeridade destas operações suspeitas à PGR e à PJ ganhou mediatismo com a operação Marquês. A CGD foi o banco que denunciou operações suspeitas na conta do ex-primeiro-ministro José Sócrates.

Ainda que com diferentes con-

tornos, o tema regressou à actualidade nos últimos dias, quando o DCIAP confirmou ter recebido do Banco de Portugal (BdP) um «expediente» relativo ao Montepio.

A confirmação surgiu após o jornal *Público* ter noticiado que o supervisor remeteu para a PGR uma denúncia contra o Montepio sobre alegadas falhas nos mecanismos de controlo de operações susceptíveis de configurar a prática de actividades ilícitas.

O BdP também está obrigado a fazer participações quando, no exercício da sua função de supervisão, detecta que as transacções atípicas não foram comunicadas pelas entidades supervisionadas.

O Montepio já garantiu ter políticas rigorosas em vigor e revela ter denunciado mais de 80 operações suspeitas nos últimos 12 meses. Já o BdP fez duas denúncias em 2014. Em todo o caso, «nestas operações suspeitas estão em causa movimentos entre clientes das instituições de crédito, não estando em causa necessariamente a própria instituição», esclareceu o supervisor, sem mencionar o caso do Montepio.

Sistema vai ser mais ágil

De facto, nem todas as denúncias resultam em inquéritos. Em termos médios, apenas 2% das suspeitas são confirmadas e dão origem a processos. Ainda assim,

Novos rostos no Montepio

O Montepio elege a 5 de Agosto, em assembleia-geral, os novos membros dos órgãos sociais. José Félix Morgado, antigo CEO da Inapa, é o nome proposto para a presidência da Caixa Económica, com um mandato até ao final de 2018. Tomás Correia ficará exclusivamente na liderança da Associação Mutualista e no Comité de Avaliações.

muitos elementos são anexados a outras investigações já em curso, explica o DCIAP: «A somar às investigações iniciadas, há também a referir que são extraídas certidões e remetidas a inquéritos já existentes». Em 2014 foram extraídas 70 certidões e até 15 de Junho deste ano já se contabilizam 55 casos.

«É preciso também ter em atenção que sempre há várias comunicações das mesmas entidades em relação a um titular, ou até de outras entidades em relação ao mesmo sujeito, as participações podem ser juntas num único processo», acrescenta.

Este ano, o DCIAP está a dar especial atenção a estas comunicações de branqueamento. Pondera reforçar a equipa de procuradores e está a desenvolver soluções para agilizar os procedimentos, reforçar a cooperação com a PJ e melhorar o tratamento da informação. «Estão em curso os trabalhos técnicos e também conversações para que possa ser implementada uma ferramenta (*Web Service*) que permita a entrada directa dos dados no sistema informático do DCIAP». Como a implementação deste mecanismo exige o acordo das entidades financeiras e não financeiras (como casinos), já «decorreram reuniões com as entidades que mais participam».

Número de operações financeiras suspeitas

